

REVISTA MARACANAN

Dossiê

O espaço da nobreza: hierarquia e poder em Minas Gerais no século XIX *

The space of nobility: hierarchy and power in Minas Gerais in the 19th century

Luiz Fernando Saraiva **

Universidade Federal Fluminense
luizfernandosaraiva@id.uff.br

Resumo: A presente pesquisa aborda as relações de poder construídas na província de Minas Gerais ao longo do século XIX tendo como objeto central de análise a nobilitação dos principais grupos políticos mineiros. Partindo de uma revisão sobre os estudos da nobiliarquia brasileira, optamos por destacar algumas das principais correntes interpretativas para aprofundar posteriormente as titulações dos nobres em Minas Gerais como um poderoso indicativo da construção das relações de poder em uma das províncias mais importantes do Brasil no Oitocentos. A análise da nobreza mineira pode se revelar como um indicativo dos processos de povoamento e da construção das relações de poder no Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Nobreza. Formações. Políticas. Império. Minas Gerais.

Abstract: This research addresses to power relations built in the province of Minas Gerais throughout the 19th century, with the central object of analysis the nobleness of the major political groups from Minas Gerais. Starting from a review on Brazilian nobiliary studies, we opted to highlight some of the main theories and interpretive analysis, with the intent to posteriorly deepen the titrations of nobles from Minas Gerais as a powerful indicatory of the construction of power relations in one of the major Brazilian provinces in the 19th century. The analysis on the nobility from Minas Gerais can be revealed as an indicative of settlement processes and construction of power relations on the Brazilian State.

Keywords: Nobility. Political Formations. Empire. Minas Gerais.

Recebido: 14 abr. 2018.

Aprovado: 7 jun. 2018.

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XIII Seminário sobre Economia Mineira, 2008, Diamantina. Agradecemos aos pareceristas anônimos as sugestões, em parte, incorporadas.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Doutorado e mestrado em História pela UFF e graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os estudos sobre a nobreza brasileira no século XIX são abundantes e bastante diversificados em relação aos seus objetivos, enfoques e metodologias. Em parte, isso se deve ao caráter eminentemente elitista e definidor de 'status' que o tema nobreza, desde cedo, sempre despertou – análises de uma história encomiástica e genealógica de indivíduos em particular, ou de grupos específicos, ou ainda de obras gerais que se pretendem ser grande compêndios, verdadeiras enciclopédias da "nobreza no Brasil".

Ao mesmo tempo, a "nossa nobreza" com seu caráter tropical ou "exótico" – dado pela transposição de modelos originários de uma experiência feudal europeia de longa duração e hereditária para uma realidade cambiante e provisória – despertou outras linhas de interpretação que, fugindo desse primeiro grupo de obras laudatórias, têm propostos novos temas e questões em relação aos estudos dos nobres como formas mais sofisticadas de análise da realidade social em épocas distintas. Estudos derivados da antropologia histórica e ainda metodologias oriundas das ciências políticas tem promovido análises inovadoras sobre os significados da nobreza brasileira e, por conseguinte, da realidade social da qual ela fazia parte.

O presente artigo tenta aprofundar algumas análises sobre essa nobreza em uma das províncias mais importantes do Império Brasileiro ao longo do século XIX. Minas Gerais foi a região mais populosa do país, possuiu também grande importância política pois, além da maior bancada de deputados da Câmara de Deputados, teve expressivo número de senadores, ministros e presidentes de província. Teve ainda papel influente em movimentos de apoio ao governo central (como em 1822) e ainda de reação a este (1842). Tal atuação política se relacionava a sua grande importância e diversidade econômica que a colocava como uma das regiões mais importantes em termos de abastecimento do mercado interno e ainda na economia agroexportadora.¹

Partindo então da *Nobreza* como objeto de nossa análise recorreremos inicialmente à definição do *Vocabulário Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau publicado em 1728 que diz que é "Nobre. Aquele que por sangue, ou por alvará do Príncipe se diferencia em honras, e estimação dos plebeus, e mecânicos". É importante destacar que para este autor e, para o século XVIII, a definição de Nobres comportava ainda várias diferenças, existia "Nobre por sangue" que significava "nascido de pais ilustres em nobreza" e ainda "Ação Nobre" que significava "Digna de um homem bem nascido [...] 'Não são as ações, mas as circunstâncias [que] se dá o título de nobre, quando são dignas de estimação' (Vieira, tomo 3, 43)".²

¹ Sobre a importância política e econômica de Minas Gerais, cf.: SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira*, 1853-1893. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

² BLUTEAU, R. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1727, vol. 7, p. 524; SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Na Typographia de Silva, 1832.

Já no século XIX o dicionário de Antônio de Morais Silva (publicado em 1813) traz como definição de nobreza aquele que é “conhecido e distinto pela distinção, que a lei lhe dá dos populares, e plebeus, ou mecânicos, e entre os fidalgos por avoengos, ou ilustres méritos”. Ainda no dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (de 1832) vemos a definição mais sucinta de todas, onde “Nobre, adj. Distinto pela lei de entre os mecânicos. De sentimentos elevados”. Essas duas definições continuam em grande parte derivada de Bluteau e, para Maria Beatriz Nizza da Silva, em *Ser Nobre na Colônia*, haveria então uma origem hereditária (avoengos) e uma pela prestação de serviços (ilustres méritos).³

Os estudos sobre o período do Brasil colonial são unânimes em admitir a grande importância do grupo de proprietários de terra naquilo que se convencionou chamar a “nobreza da terra”. Maria Nizza trata esse grupo como daqueles grandes proprietários que no período colonial conseguiram destacar-se em Portugal ou em outras regiões do Império. Para a autora, num primeiro momento seriam os donatários das capitanias que com o tempo iriam se desdobrar em ricos fazendeiros, sertanistas, mineradores e mesmo comerciantes como “os mais nobres e da governança da terra”.⁴

Esta leitura se contrapõe à de João Fragoso em seu artigo “A Nobreza da República” onde, para esse autor, a nobreza na colônia estaria inicialmente ligada ao processo de conquista do território (na luta contra gentios e invasores), na aquisição de prebendas e outros benefícios reais e, por último, na montagem de engenhos com a posse de terras e cativos. Segundo o autor, esse processo de *conquista* da capitania do Rio de Janeiro, iniciado em finais do século XVI e completado no início do XVII (1580/1620), criou a base das famílias que irão dominar a região pelos séculos seguintes. A chegada de comerciantes nesse circuito teria se dado no período posterior à conquista e em um processo de integração via redes clientelares, casamentos e a montagem de “famílias extensas”.⁵

Realidade distinta foi vista por Evaldo Cabral de Melo em seu *A Fronda dos Mazombos* para Pernambuco no século XVIII, onde uma grande divisão teria oposto a nobreza da terra (os grandes proprietários rurais) e os comerciantes reinóis de maneira irreconciliável. Essa distinção seria, entretanto, restrita à Pernambuco, pois como afirma o próprio autor para a Bahia (e que poderia ser generalizado para outras regiões) acerca da possível dicotomia nobreza da terra *versus* comerciantes:

A própria facilidade com que os comerciantes ricos pularam a barreira para tornar-se parte da elite impediu-a de se transformar numa corporação fechada que poderia ter marginalizado um grupo social economicamente poderoso e politicamente fraco, situação que quase certamente teria provocado conflito de classe.⁶

³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005, p. 16.

⁴ *Ibidem*, p. 139.

⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi, Revista de História*, Rio de Janeiro, 7 letras, v. 1, 2000.

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos – Nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

Para o século XIX vemos algumas mutações na categoria da nobreza da terra, a vinda da família real vai interiorizar a metrópole, segundo a feliz expressão de Maria Odila e redimensionar no espaço da antiga colônia o termo nobre.⁷ Maria Nizza da Silva nos mostra como junto com príncipe regente um significativo número de nobres irão aportar no Brasil, ao mesmo tempo em que, uma “nova nobreza” será formada com farta distribuição de títulos que, inicialmente restrita aos portugueses, atingiu diversos grupos que atuavam na colônia.⁸

Aqui vemos uma mutação fundamental da relação dos grupos dominantes locais e sua relação com a Coroa lusa, depois brasileira, se antes o conceito de nobreza era amplo e impreciso – significando essencialmente condições de diferenciação dos demais habitantes da vila, quer por riqueza ou cargos públicos, mas não títulos – a partir de D. João VI vemos a criação de uma “heráldica brasileira”, com a criação, em 8 de maio de 1810, da Corporação de Armas, imediatamente vinculada à Casa Imperial.⁹

A distribuição de 254 títulos de Duques, Marqueses, Condes, Viscondes e Barões durante o período Joanino (1808/21) iniciou uma política de aproximação com os diversos grupos dominantes locais, onde paralelo a distribuição de ordens, títulos, cargos e privilégios, fortaleceu o que segundo José Honório Rodrigues poderia ser compreendido como um “Império Americano”.¹⁰

Sérgio Buarque de Holanda vai apontar que, ao longo do tempo, essa nobreza brasileira irá variar em suas origens e atuações políticas. Segundo esse autor durante o I Reinado, os mais importantes nobres do Império viriam principalmente das camadas mercantis:

as elites do Primeiro Reinado vêm mais da classe dos comerciantes urbanos do que da aristocracia rural. Negociantes ou filhos e genros de negociantes que, em todo caso, deveram ao trato mercantil sua riqueza e prestígio, aparecem em quase todos os ministérios de D. Pedro I, com Baependi, Barbacena, Valença, Caravelas, Cachoeira, entre outros, bem como no Conselho de Estado e mais ainda no próprio serviço do Paço.¹¹

Mais à frente ele irá caracterizar os diversos grupos originários da nobreza nacional ao afirmar sobre os cafeicultores titulados durante o II Reinado que:

É verdade que o desenvolvimento da lavoura cafeeira na bacia do Paraíba é de molde a dar mais importância agora aos senhores rurais. Por outro lado não é menos certo que os barões do café, com umas poucas exceções se não de notabilizar muito mais pelos títulos ganhos do que pelo exercício, mesmo indireto, do poder.¹²

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na... Op. cit.*

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz; COSTA, Ângela Marques da. Como ser nobre no Brasil. Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 371.

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. *Independência, revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 118.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da Historiografia. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, São Paulo, 24 jun. 1973.

¹² *Idem*.

Para o Brasil do século XIX acreditamos que, a partir das dicionarizações de Bluteau, de Moraes e Silva, de Silva Pinto e das discussões acima tratadas, três conceitos fundamentais definiriam a nossa nobreza: 1º) uma situação peculiar e/ou natural (nascimento, dotes da natureza), 2º) as ações ou comportamentos (primores da arte, dignas de estimação) e, por fim 3º) a vontade régia (alvará do príncipe).

Assim, para se “fazer um nobre” existia a necessidade de uma **origem** – significando origem distinta ou afortunada, se não no momento do nascimento, pelo menos quando da consideração do monarca sobre a titulação; **atuação pública** – em um sentido mais amplo, envolvendo desde a conquista de territórios para a “civilização”, apoio ao imperador em momentos de crise, obras de caridade, atividades acadêmicas, passando mesmo pela política em sentido *strictu senso* e por fim, a **vontade do governante**, que seria definida pela conjunção dos dois fatores anteriores. Nesse ponto, entre vários autores, Ana Mauad nos chama atenção para a negociação que envolvia o soberano (no caso D. Pedro II) na concessão de títulos de nobreza ou comendas como da Ordem de Cristo ou da Rosa.¹³

Entendemos então que, a escolha da nobreza para investigarmos a construção do Estado brasileiro no XIX justifica-se por vários motivos: 1º) Tratava-se de um grupo heterogêneo das frações política e economicamente dominantes da sociedade, como vemos no *Dicionário do Brasil Imperial*: “certas atividades que favoreciam a ascensão nobiliárquica, em geral ligadas ao serviço público – civil, militar, acadêmico – e ao poder econômico – fazendeiros, comerciantes, banqueiros”;¹⁴ 2º) A doação do título pelo Imperador indicava uma relação de reconhecimento por parte do poder central a partir de uma atuação regionalmente delimitada que podia se dar em vários níveis:¹⁵ político, científico, filantrópico, etc e, 3º) Por expressar as várias formas de atuação política, demonstra no seu conjunto o poder das diversas regiões do império frente umas às outras.

Defendemos que existia desta forma um *mercado* e uma *política* na aquisição de títulos de nobreza. A ideia central passa pela compreensão não somente dos *custos* de aquisição de um título no sentido estrito, mas também de todos os gastos e empenhos que envolviam desde colocar-se como merecedor do mesmo até a negociação que envolvia o pedido e a manutenção do *status* de nobre. Colocar-se como *merecedor* de títulos envolvia possibilidades como a *Filantropia* – construção de hospitais, abrigos, obras de caridade em geral; a *Religiosidade* – construção de igrejas, participação em Irmandades, entre outros atos pios; o *Civismo* – apoio a escolas e associações culturais, além de subscrições públicas para construção / reforma de prédios da câmara, fóruns, cadeias, etc. e o *Patriotismo* – apoio ao

¹³ MAUAD, Ana Maria. Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando Antônio (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol 2: Império: a Corte e a Modernidade Nacional. Org.: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181-232.

¹⁴ Nobreza. (Verbetes). In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 554.

¹⁵ Estamos entendendo como regional aquela atuação que pode ser geograficamente delimitada, mesmo que em níveis local, nacional ou internacional, as razões de nobilitação por parte do monarca são determinadas.

monarca contra revoltas (como as que ocorreram em 1842, 48), nas guerras no sul do país, dentre outras possíveis classificações.¹⁶

A negociação dos títulos envolvia também um conhecimento prévio da estrutura política da corte, dos demais nobres e do Imperador. As formas de se aproximar do monarca e conseguir uma distinção ainda estão para serem estudadas de maneira sistemática, entretanto, diversos autores vem, pontualmente, demonstrando essa prática.¹⁷ Por fim, a manutenção dos títulos envolvia um *habitus senhorial* bastante próprio que se espelhava na Europa, na Corte e nos contemporâneos.¹⁸ Tais títulos, segundo Bourdieu, significavam

capital simbólico, social e até mesmo juridicamente, garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo nobilis. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância oficial, 'universal', quer dizer, conhecido e reconhecido por todos.¹⁹

O conjunto de titulações de nobres dados pelo Império Brasileiro ao longo do século XIX é a principal fonte empírica de nossa pesquisa, para entendermos a construção do poder, especificamente em Minas Gerais que é nosso "espaço" nesse estudo. Para tanto vamos recorrer as titulações dessa nobreza, suas trajetórias individuais dentro da política imperial e de outras instâncias de atuação pública e, por fim, dados econômicos e demográficos que expliquem a "lógica" de seu espraiamento nessa, que foi uma das mais importantes províncias do Império como iremos tratar.

Conforme dito, a pesquisa sobre as origens e trajetórias da nobreza brasileira foi exaustivamente desenvolvida por vários autores dentro do que chamamos "história encomiástica", Afonso de Taunay e Carlos Rheingantz são exemplos desta corrente que veem na nobreza sinal de distinção dada pelo imperador para feitos notáveis.²⁰ A genealogia e, principalmente as biografias exemplares, surgem assim, mais do que métodos de estudo, mas como forma de legitimação social, quer no presente, quer no passado.

Mesmo com esses estudos minuciosos, a concessão de títulos de nobreza no Brasil é bastante controverso,²¹ variando de 1.116 títulos concedidos no Brasil no século XIX como mostrado em Vicente de Tapajós, passando por 1.211 títulos, indicado por Vera Tostes até chegarmos no número de 1.439 para Lilia Schwarcz que une os titulados durante o período

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador... Op. cit.*

¹⁷ Para a nobreza do Vale do Paraíba, ver: MAUAD, Ana Maria. *Imagem e Auto-Imagem... Op. cit.* Para a nobreza paulista, ver: TOSTES, Vera Lúcia Botrrel. *Títulos e Brasões, sinais de nobreza: Titulares Brasonados do Império Rio de Janeiro e São Paulo.* Rio de Janeiro: JC Editora, 1996. Para a nobreza gaúcha, ver: VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; entre outros.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador... Op. cit.*

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Trad.: Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 148.

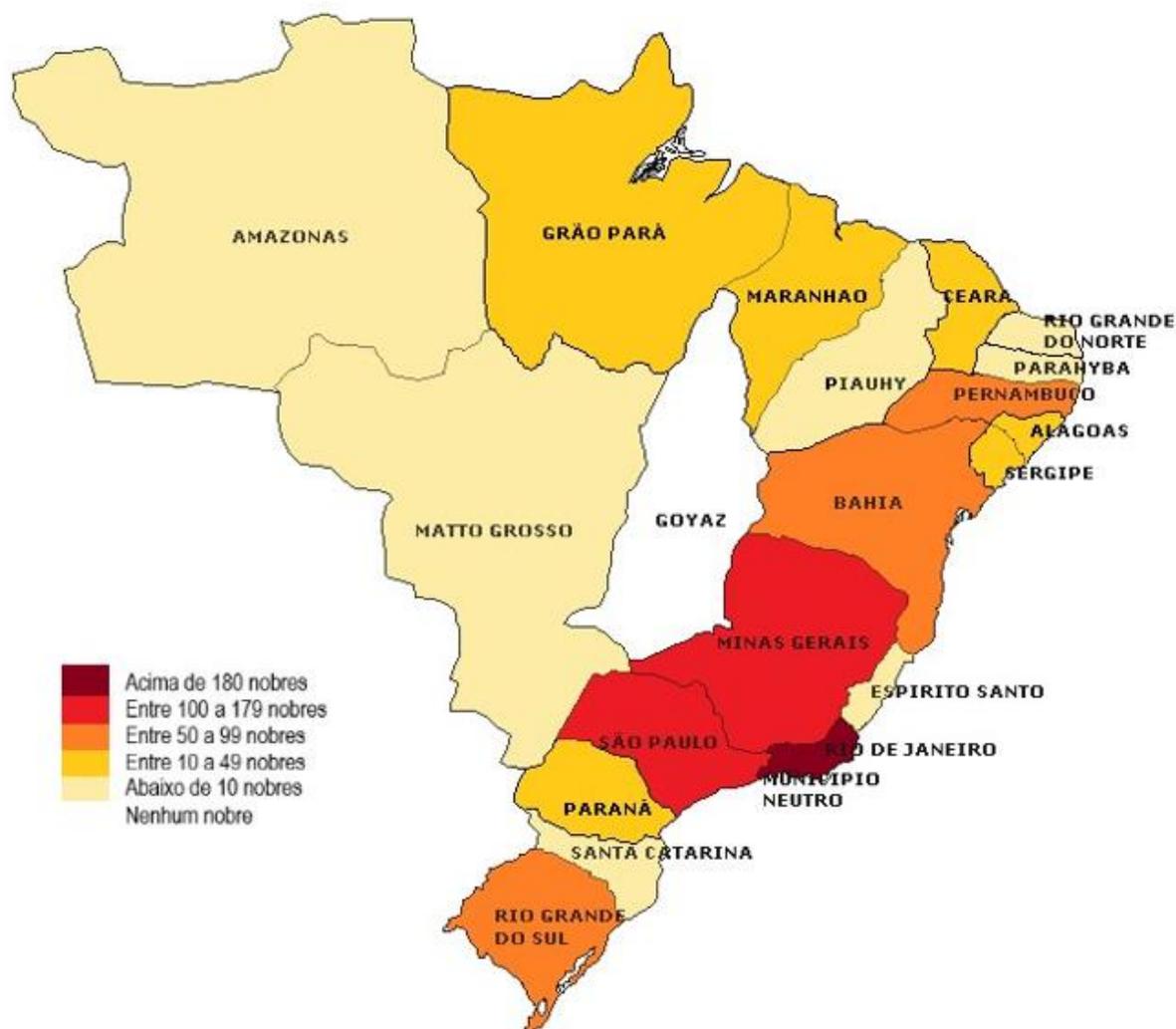
²⁰ TAUNAY, Afonso de E. *O Senado do Império.* São Paulo: Livraria Martins, 1941; RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Titulares do Império.* Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.

²¹ Existiram nobres no Brasil que receberam títulos do Vaticano, como foi o caso do Conde de Cedofeita e o Barão de Studart (Juiz de Fora e Fortaleza) ou de Reinos como Portugal como o Barão, depois Visconde de Villa Nova do Minho, entre outros.

joanino aos do período Imperial, afora outras métricas.²² Temos, no entanto, consenso quanto a importância dos mesmos na construção do Império, mesmo exótica, ou distinta da nobreza europeia, a nobilitação cumpriria aqui papel de reconhecimento público da autoridade do monarca e do modelo de governo estabelecido no país.

Como exemplo, a imagem a seguir expressa, segundo os dados de Jéssica de Oliveira, o conjunto de títulos de nobreza dados por D. Pedro ao longo do II Reinado por províncias. O “rateio” entre o poder que as várias províncias tiveram no Império fica mais claro, com a “centralidade” única que o Rio de Janeiro exerceu nesse período; seguido pelas províncias de Minas Gerais e São Paulo, como baluartes da economia e política nacional, hierarquicamente sucedidas pela Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul como regiões importantes no equilíbrio do poder. O papel “marginal” ou periférico que as demais províncias exerceram no jogo político também fica claro no número de títulos de nobreza dados.

Imagem I: Titulação, Nobres II Reinado



²² TOSTES, Vera Lúcia Botrel. *Títulos e Brasões, sinais de nobreza: Titulares Brasonados do Império Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador... Op. cit.* Os dados estão disponíveis especificamente na 2ª edição e 3ª reimpressão da obra, p. 439.

Fonte: Adaptado de PUNTONI, Pedro. Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004; OLIVEIRA, Jéssica Manfrim de. *Entre os "Grandes" e titulares: os padrões de nobilitação no Segundo Reinado*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 145 (tabela).

Minas Gerais a 2ª província em número de nobres (139) possuiu a maior população do Império – segundo o censo de 1872, habitavam aí 2.039.735 pessoas ou 20,49% da população do país sendo 370.453 cativos, essa também a maior população escravizada. A sua importância econômica também é inquestionável, em 1826 a província tinha uma receita de 314:085\$401 que a colocava como quarta maior arrecadação do Império (atrás somente do RJ, BA e PE), já em 1886 a província era a 3ª maior arrecadação do país com 3.651:353\$450 (atrás somente do RJ e SP).

Essa dimensão econômica tem, no entanto, uma característica muito peculiar em Minas Gerais, a sua grande diversidade. Minas foi no século XIX a província mais complexa do ponto de vista das atividades econômicas. Nas palavras de Laird Begard:

Cada região [de Minas Gerais] tinha importantes setores voltados para a exportação: a extração de diamantes sustentava o Serro [Norte]; a produção de ouro ainda era significativa para as economias regionais em Ouro Preto e Rio das Velhas [Centro]; a exportação de tabaco era decisiva em Rio Verde e Baependy [Sul]; as atividades agropastoris estavam bastante concentradas no sul; a indústria têxtil era encontrada em quase toda a província. Não obstante, cada uma dessas regiões também tinha setores que comercializavam uma quantidade desconhecida de produtos dentro de Minas Gerais. O café [Mata] era um setor cada vez mais importante na economia de exportação da província (especialmente depois de 1850), mas os níveis absolutos dos impostos da coletoria indicam padrões de desenvolvimento econômico semelhantes nos distritos do sudeste, sul e centro²³

Essa diversidade de atividades econômicas significa que o povoamento do seu território ocorreu de forma desigual se, as regiões mineradoras já eram habitadas desde o século XVIII (grosso modo a sua região central, o sul e ainda o norte), outras regiões somente irão deixar de ser "sertão" e ingressarem na "civilização" ao longo do século XIX e ainda no início do XX como no caso da Zona da Mata mineira (porção sudeste); o Triângulo (noroeste); a região Oeste e ainda o Leste, conforme veremos.²⁴

Este desenvolvimento econômico se fez acompanhar obviamente pela formação de classes proprietárias, de grande crescimento demográfico, de escravos e de livres. Se, os estudos de fundo mais econômico já estão bastante adiantados, falta para Minas Gerais estudos mais detalhados sobre as relações políticas das classes dominantes com o resto da província e com o poder "central".

O nosso trabalho se insere assim em uma dupla problemática, de um lado a expansão de uma economia centrada em produtos como café, tabaco, pecuária ao longo do XIX; de

²³ BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Trad.: Baetriz Sidou. Bauru - SP: EDUSC, 2004, p. 105-106.

²⁴ Para as discussões sobre as várias regionalizações em Minas Gerais e ainda o conceito de "sertão" em oposição ao de "civilização". Cf.: SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas... Op. cit.*, especialmente capítulos I e IV.

outro, como esta expansão acabou por formar, de maneira não reflexa e não automática, novos grupos de pressão e depois *controle* sobre as regiões que foram construídas neste momento e, na sua articulação com o poder provincial e imperial.²⁵ Pretendemos, portanto, levantar discussões que nos permitam trabalhar este duplo prisma **político** e **econômico** para podermos compreender a **formação social** que se processava então.

Sobre a "Nobreza de Minas" a disparidade dos dados se mantém, em *Titulares do Império*, Carlos Rheingantz indica 157 nobres como "mineiros" (1808/89), Patrícia Falco Genovês, por sua vez, lista 212 títulos para as elites mineiras no mesmo período. Enquanto que em nossa pesquisa, excluindo as mulheres que foram tituladas pelo Império (diferentemente daquelas que receberam títulos por extensão de seus maridos) como a Baronesa de Santanna ou a Baronesa de São Mateus,²⁶ encontramos somente 134 nobres em Minas Gerais, conforme a tabela I e o anexo.

Ao estudarmos estas discrepâncias acabamos questionando alguns nobres "mineiros" indicados. Como exemplo, temos o 1º Barão de Ubá, ou João Rodrigues Pereira de Almeida, que foi considerado como pertencente às elites mineiras. Segundo Genovês "recebeu o título de Barão de Ubá em 1828, como homenagem ao seu local de nascimento. Seu clã os Rodrigues Pereira, teve grande participação política na província, ao longo do segundo reinado"²⁷ Entretanto, João Rodrigues Pereira de Almeida foi um dos maiores negociante, contratador e traficante de escravos da Praça do Rio de Janeiro no período Joanino, através da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia de quem Irineu Evangelista de Souza, foi caixeiro. De origem portuguesa, filho de um dos maiores negociantes e contratador da Praça de Lisboa do período de D. Maria I, após a sua falência relativa em 1828, recebeu o título de Barão de Ubá não pelo topônimo da cidade de Ubá – que nem sequer existia – mas sim pela fazenda de mesmo nome que possuía na região de Vassouras aonde vai se estabelecer, tornando-se um dos maiores cafeicultores fluminenses. Apesar de negociante que atuava em várias praças – Rio de Janeiro, São Pedro do Rio Grande, Lisboa – João Rodrigues não possuiu relações de parentesco, aliança política ou matrimonial que o permitisse ser considerado como mineiro.²⁸

²⁵ Por controle estamos entendendo a dominação sobre a sociedade civil e política, tanto do ponto de vista material, mas também a partir de uma direção moral, ou a formação de uma hegemonia (com o respectivo controle do discurso ideológico) como pode ser vista na obra de: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²⁶ A questão da exclusão das mulheres titulares é de ordem eminentemente prática, estamos procurando neste momento as trajetórias política (vereadores, deputados provinciais, imperiais, senadores, ministros, etc.) cargos notoriamente vedados às mulheres, embora não a sua influência.

²⁷ GENOVÊS, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação História da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, p. 429.

²⁸ A respeito de João Rodrigues Pereira de Almeida e Mauá, cf.: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Quanto aos demais nobres estranhos a Minas, poderíamos citar Pedro Ribeiro de Souza Rezende, o 2º Marquês de Valença (Rio de Janeiro)²⁹ ou o 1º e 2º Barões de Tinguá, respectivamente Pedro Correia e Castro e Francisco Pinto Duarte, também cafeicultores do Rio de Janeiro, ou ainda Ignácio da Cunha Menezes, o Visconde de Rio Vermelho (Bahia), dentre outros.³⁰ Também o contrário ocorreu, ou seja, temos a indicação de alguns nobres que não são considerados como mineiros apesar de terem tido uma forte atuação na província. Como exemplo temos o Visconde com grandeza de Assis Martins, concedido a Ignácio Antonio de Assis Martins (1839/1903), que foi Juiz de Órfãos e Senador por Minas Gerais.

Isso também se dá porque encontramos grandes dificuldades em definir a naturalidade de alguns personagens que tiveram uma trajetória nacional, não tendo uma "base". Particularmente no caso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (parte dela pertencente a Minas) essas inter-relações se faziam sentir de maneira mais efetiva, dada às proximidades geográficas e ao processo de conquista e povoamento a partir da expansão cafeeira. Tal foi o caso de José Gualberto de Carvalho, o 1º Barão de Cajurú, agraciado em 1860. Sua família tinha origem em São João Del Rey (na região Central Mineradora), o Barão foi um grande cafeicultor tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro.³¹ Seu título foi recomendado pelo então Visconde de Bonfim (depois Conde e Marquês do mesmo nome), José Francisco de Mesquita, que foi banqueiro e amigo pessoal de D. Pedro I no Rio e que fez fortuna com o comércio de carne mineira para a Corte através da firma Mesquita & Guimarães, em sociedade com Domingos Custódio Guimarães, também de São João Del Rey, e que viria a ser Barão, depois Visconde de Rio Preto.³² Esse último tornou-se proprietário de mais de 14 fazendas (em Minas e no Rio) com produção estimada em 60 mil arrobas de café/ano. No caso, mesmo originários de Minas Gerais, não os consideramos "mineiros" pelas trajetórias que os ligaram diretamente à Corte.

O mesmo aconteceu com Nicolau Antônio Valle da Gama, o Visconde de Nogueira da Gama, que nasceu na tradicional Fazenda de São Matheus na Mata mineira em 1809. Originário de uma das mais importantes famílias de São João Del Rey, parente de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o marques de Baependi,³³ sua mãe Francisca Maria do Valle Amado se tornou Baronesa de São Matheus depois da morte do marido o Capitão José Ignácio Nogueira da Gama. Apesar de suas origens mineiras, Nicolau Antônio passou grande parte de sua vida na corte tendo sido mordomo da Casa Imperial a partir de 1868, agraciado com o título de Barão em 1872 e de Visconde, foi cafeicultor em Rio das Flores (RJ). Em sua biografia

²⁹ Seu pai, o 1º Marquês de Valença ou Estevão Ribeiro de Resende, teve de fato uma origem e trajetória ligada a Minas Gerais, o filho por sua vez será cafeicultor na província do Rio de Janeiro. Cf.: SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

³⁰ BUENO, Carlos Barata Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Brasília: Íbero-América, 2000.

³¹ *Idem*. O barão de Cajurú era possuidor da Fazenda Bicas, em Andrelândia (no sul de Minas), e também da Fazenda São Lourenço, na província do Rio de Janeiro, Distrito de Porto das Flores.

³² LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993, p. 62. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 25).

³³ *Idem*, p. 53-54.

Minhas Memórias, deixou claro sua origem se referindo, entretanto, constantemente a sua condição de homem do império.³⁴

Desta forma, entendemos que a definição quanto as origem e atuações da nobreza brasileira é um trabalho permanentemente aberto, sem definições exatas, mas apenas por aproximações possíveis de acordo com o objetivo de cada pesquisador. Cumpre então discriminar criteriosamente a metodologia adotada, bem como os resultados encontrados para permitir o contradito.

A relação não-direta que estamos tentando estabelecer aqui entre *Economia e Política* implica também em discutirmos o *Espaço* das Minas Gerais. Existem várias formas de se dividir o território da província, de acordo com o que os historiadores estudam, divisões geográficas foram feitas a partir de relatos dos viajantes, das divisões administrativas e das atividades econômicas desempenhadas em seus espaços ao longo do XIX.³⁵ A nossa divisão das Minas Gerais em 6 regiões se inspirou nos estudos de John Wirth para o início da República porque, julgamos ser a que melhor explica a construção de regiões como fruto de processos sociais.³⁶

A despeito das críticas que a regionalização de Wirth sofreu por parte de historiadores mineiros,³⁷ entendemos que a consistência de suas análise se deve à compreensão das diversas identidades surgidas (Centro, Norte-Leste, Mata, Sul, Triângulo e Oeste) como fruto de povoamentos "que foram sancionadas pelo costume".³⁸ Isto significa dizer que em conjunto com as atividades econômicas surgiram relações sociais próprias que definiram relações políticas também específicas.

Na década de 1821/30 Minas Gerais recebeu 14 títulos de nobreza dos 150 dados no I Reinado, já na década de 1831/40 nenhum título foi dado, pois o governo regencial foi impedido formalmente de tal prerrogativa. Com a antecipação da maioria de D. Pedro II, na década seguinte (1841/50), Minas Gerais recebeu 10 títulos de nobreza dos 97 que foram dados em todo Império; no período de 1851/60 esse número sobe para 16 (120 no Brasil) caindo para 9 titulações na década de 1860 (173 no total). As duas décadas finais do Império assistem a um crescimento 'espetacular', pois na década de 1870 foram dadas 34 titulações e na última década (1881/89) 71 títulos (262 e 481 respectivamente no país).³⁹ Esses 153 títulos atingiram a 134 homens que tiveram sua origem, ou atuaram na província de Minas Gerais.

³⁴ GAMA, Nicolau Antônio Valle da. *Minhas Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. Cf., também: CALMOM, Pedro. *Historias de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

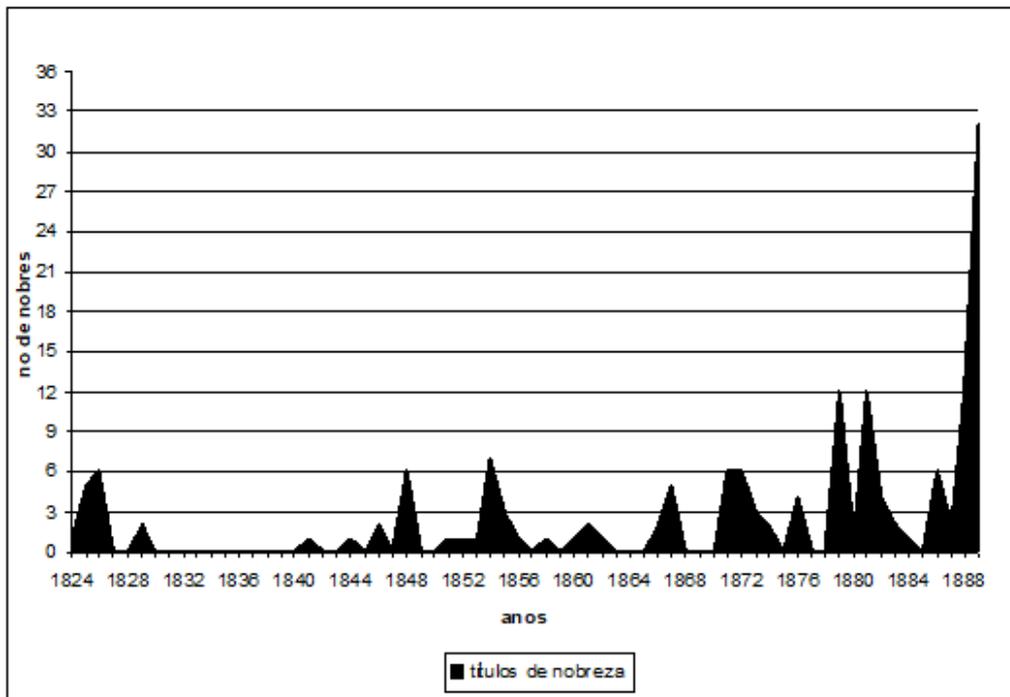
³⁵ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas... Op. cit.*

³⁶ Estamos nos apoiando nas ideias de região como uma construção social, vista em: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

³⁷ Cf., a título de exemplo: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ.

³⁸ WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 41 e nota.

³⁹ No tocante às concessões de títulos nobiliárquicos, já é consenso na historiografia especializada que a partir de 1880, D. Pedro II abusou da doação dos mesmos para grandes fazendeiros de várias regiões do país numa tentativa de reforçar uma base de apoio de um Império em crise. Cf.: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador... Op. cit.*, p. 175.

Gráfico I: Titulações dos nobres mineiros no século XIX

Não foram computados os títulos nobiliárquicos dados as Mulheres por razões expostas anteriormente, como também os nobres que nasceram em Minas Gerais, mas que cedo saíram da província ou atuaram principalmente por outras regiões. Foram excluídos, também, àqueles que receberam mais de um título, somente computado o mais alto. Entendemos que a análise considerou a nobreza mineira do século XIX a partir das várias regiões da província, diferentemente de uma visão que tende a ver nessa nobreza um *continuum* onde um sentimento uniforme e mais ou menos acrítico de *mineiridade* associada a relações parentais ou de compadrio dariam o tom. Optamos então para definir as regiões dos nobres mineiros (Tabela I) a partir de suas origens e suas trajetórias de vida. Relações familiares, pessoais ou de compadrio não foram o foco de nossa atenção, assim como as divisões partidárias/ideológicas (conservadores, liberais, republicanos), foram abordadas de maneira "marginal". Entendemos aqui que a análise da nobreza por região de atuação é suficientemente eloquente para permitir-nos algumas conclusões.

Tabela I: Nobres originados da Província de Minas Gerais e que tiveram a sua atuação definida dentro dela para o período de 1824-1889.

| Região de Minas | Barões | Viscondes | Condes | Marqueses | Total | Percentual |
|-----------------|--------|-----------|--------|-----------|-------|------------|
| Oeste | 2 | 1 | | | 3 | 2,2 |
| Centro | 30 | 12 | 1 | 6 | 49 | 36,5 |
| Triângulo | 6 | | | | 6 | 4,4 |
| Mata | 31 | 3 | | | 34 | 25,3 |
| Sul | 24 | 3 | | | 27 | 20,1 |
| Norte-Leste | 14 | 1 | | | 15 | 11,1 |
| Total | | | | | 134 | 100 |

Seguindo essa metodologia, verificamos que a região Central concentrou a maior quantidade de nobres mineiros no XIX, com um total de 49 titulações ou 36,3% do total. Chamou a atenção ainda o fato de que somente na região central encontramos os graus mais altos da nobiliarquia como Condes (1) e Marqueses (6) além do maior número de Viscondes (12) do que todas as demais regiões somadas (9). De povoamento mais antigo, a região central mineradora teve um grande número de nobres desde as primeiras décadas do Império o que significa também dizer que contribuiu significativamente para a construção do Estado Imperial Brasileiro. Por ora, basta dizer que os maiores políticos mineiros do Império tiveram sua origem no *centro* da província.

A economia dessa região estava longe de ser decadente ou estagnada, a manutenção da atividade mineradora – inclusive com a presença de capital estrangeiro – associada a importantes atividades comerciais e ainda uma expressiva diversificação agrícola, manteve essa região com uma participação significativa na economia mineira do XIX.⁴⁰

Voltando nossa atenção para as demais regiões da província vemos que a Zona da Mata mineira teve 34 (ou 25,1%) dos títulos de nobreza para Minas Gerais no século XIX, entretanto, como destacaremos será mais à frente, a atuação política dos mesmos foi limitada principalmente no nível local. A maioria destes nobres da Mata eram barões que atuaram na Guarda Nacional, Vereadores, Delegados, etc.

Ao longo do Oitocentos a expansão da cafeicultura transformou a Zona da Mata mineira, de área marginal em relação à capitania depois província de Minas Gerais na região mais rica e dinâmica. Responsável por mais de 70% da arrecadação provincial e a segunda maior produção cafeeira do Brasil, mantendo cerca de 20% da produção nacional entre 1870 até 1920, acompanhando percentualmente a expansão cafeeira pelo vale da Paraíba paulista e fluminense e depois o crescimento do Oeste Paulista.⁴¹

⁴⁰ Cf., sobre a economia mineira e, principalmente, da região central no XIX os trabalhos de: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. X *Seminário sobre a Economia Mineira* (Anais), CEDEPLAR - UFMG, Diamantina, 2005; BERGAD, Laird. *Escravidão e História... Op. cit.*

⁴¹ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas... Op. cit.*, cap. IV.

A temporalidade no caso dessas nomeações foi extremamente importante porque demonstra parte das *assimetrias* que estamos tentando buscar. Dessa forma, a despeito da solicitação que fez Guido Thomas Marlière em 1826 do título de Barão de Rio Verde, como recompensa de todos os seus esforços para a pacificação dos indígenas da região da Mata, Marlière não conseguiu o referido título tendo recebido apenas o grau de oficial da Ordem da Rosa.⁴²

O primeiro nobre nomeado na Mata foi Custódio Ferreira Leite Ribeiro, o Barão de Airuoca. Tendo recebido o título em virtude do caminho que abriu entre a Zona da Mata mineira e o Porto Novo do Cunha (hoje no atual município de Além Paraíba que faz divisa com o Rio de Janeiro), sua nomeação ocorreu em 1855, quase 3 décadas depois da solicitação de Marlière, sendo justamente nesse período que assistimos ao grande crescimento da produção de café na Mata mineira.⁴³ Daí para a frente a região irá conseguir um número crescente de nobres titulados pelo Imperador, porém a atuação política dos mesmos ficará restrita a questões locais / regionais, tendo pouca influência em uma política "nacional".

O Sul de Minas se configura como a 3ª região com maior número de nobres, 27 ou 20% do total, demonstrando uma situação intermediária entre o centro e a mata. De povoamento mais antigo que esta última, o Sul esteve diretamente ligado ao processo de construção do Estado Brasileiro conforme destacou Alcir Lenharo.⁴⁴ Seus primeiros nobres foram nomeados na década de 1840, principalmente a partir de 1848, com a ascensão do Gabinete Conservador do mesmo ano, e vários deles tiveram uma trajetória política bastante expressiva como José Idelfonso de Souza Ramos, o Visconde de Jaguari, que foi Senador, Ministro e Conselheiro de Estado. Ao mesmo tempo a região do Sul de Minas se vinculou posteriormente a expansão cafeeira ocorrida na 2ª metade do XIX, e semelhante a Zona da Mata, muitos dos seus *barões do café* foram notáveis mais pelas fortunas do que pela atuação política.

A expansão da cafeicultura pela região Sul, coexistiu com diversas atividades ligadas a uma atividade mercantil de subsistência, em conjunto com um importante setor de produção de fumo e ainda alguma mineração. Semelhante a Mata mineira, o Sul foi portador de identidades distintas.

Das demais regiões mineiras somente a antiga zona de mineração de diamantes (Norte) teve expressão maior no *mercado*, ou na *política de títulos*, contando com 15 nobres ou 11,1%. Desses, somente o Visconde com grandeza de Serro Frio, Antonio Cândido da Cruz Machado, teve uma trajetória política importante no cenário nacional, pois foi deputado pela Província de Minas em várias legislaturas, presidiu ainda as Províncias de Goiás em 1854, Maranhão em 1855 e Bahia em 1873. Foi ainda senador nomeado em 1874 sendo que já tinha atuado junto ao ministério do Visconde de Rio Branco na promulgação da lei do ventre-livre

⁴² Guido Thomas Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 10, ano 1905, jul.-dez.

⁴³ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

⁴⁴ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação... Op. cit.* Cf., também: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole... Op. cit.*

dados as suas convicções abolicionistas.⁴⁵ Também da região Norte, Teófilo Benedito Otoni que apesar de não ser nobre e assumidamente republicano teve uma trajetória bastante expressiva no II Reinado, como político, além de ter se envolvido em diversos empreendimentos empresariais.⁴⁶

As demais regiões mineiras, Leste, Oeste e Triângulo tiveram papel bem pouco expressivo, tanto do ponto de vista político quanto econômico para as Minas no período. Para Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, a região que aqui chamamos de *Leste* poderia ser, grosso modo, dividida em “Mineradora Central Leste e também em Sertão do Rio Doce [...]. Também existiam regiões praticamente desocupadas ou com ocupação exclusivamente indígena, como o Sertão do Rio Doce e o Extremo Noroeste”.⁴⁷ Dito de uma outra forma, grande parte da região Leste das Minas Gerais somente iniciou a sua colonização em meados do século XIX, e se vinculou principalmente aos grandes proprietários da região norte que passaram a conquistar suas terras. Optamos então por considerar essa região como vinculada à região Norte entre outros motivos porque não identificamos nobres que teriam tido sua origem e atuação nesta região.

Da mesma forma, se pensarmos em critérios expressamente administrativos da época, ou das atividades econômicas vemos que o Triângulo e o Oeste poderiam ser considerados como uma mesma região, ou nas palavras de Laird Bergad:

Na vasta comarca de Paracatu, que abrangia o extremo oeste do Triângulo Mineiro e a região noroeste da província, diversas atividades sustentavam a vida econômica. Em Araxá, o gado bovino, cavalos, ovelhas e porcos eram criados em grandes fazendas; o milho, a mandioca, a mamona e o cultivo do tabaco em pequena escala eram as principais atividades agrícolas. Em todos os lugares havia os mesmos animais e as mesmas colheitas; em Desemboque o trigo e o café eram cultivados em pequena escala. Rapadura e cachaça eram produzidas em pequenos engenhos e exportadas para outras regiões de Minas, ao longo dos rios Paracatu e São Francisco.⁴⁸

O Triângulo, realmente, só passou oficialmente a fazer parte das Minas Gerais quando foi anexado à Comarca de Paracatu em 1816,⁴⁹ pois, até então, esta região estava muito mais ligada à São Paulo e Goiás por onde passavam extensos rebanhos em direção ao Sul de Minas, Rio de Janeiro e a região central.⁵⁰ O próprio desenvolvimento da região tinha se dado a partir da mineração em Goiás e Mato Grosso desde meados do XVIII. Foi o desenvolvimento de caminhos para essas minas que permitiram alguma ocupação, estimulando atividades criatórias, para descanso do gado e ligados ao abastecimento. Seus 6 nobres indicam a

⁴⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, p. 262.

⁴⁶ OTONI, Carlos. Theophilo Benedicto Ottoni: memória biographica lida no Instituto Historico e Geographico Mineiro e publicada em comemoração do 1º centenario do nascimento do grande cidadão: 1807-1907. *RAPM*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 12, 1907.

⁴⁷ Cf.: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes... *Op. cit.*

⁴⁸ BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica... Op. cit.*, p. 87.

⁴⁹ IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 2: O Brasil Monárquico. Tomo II. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 372-374.

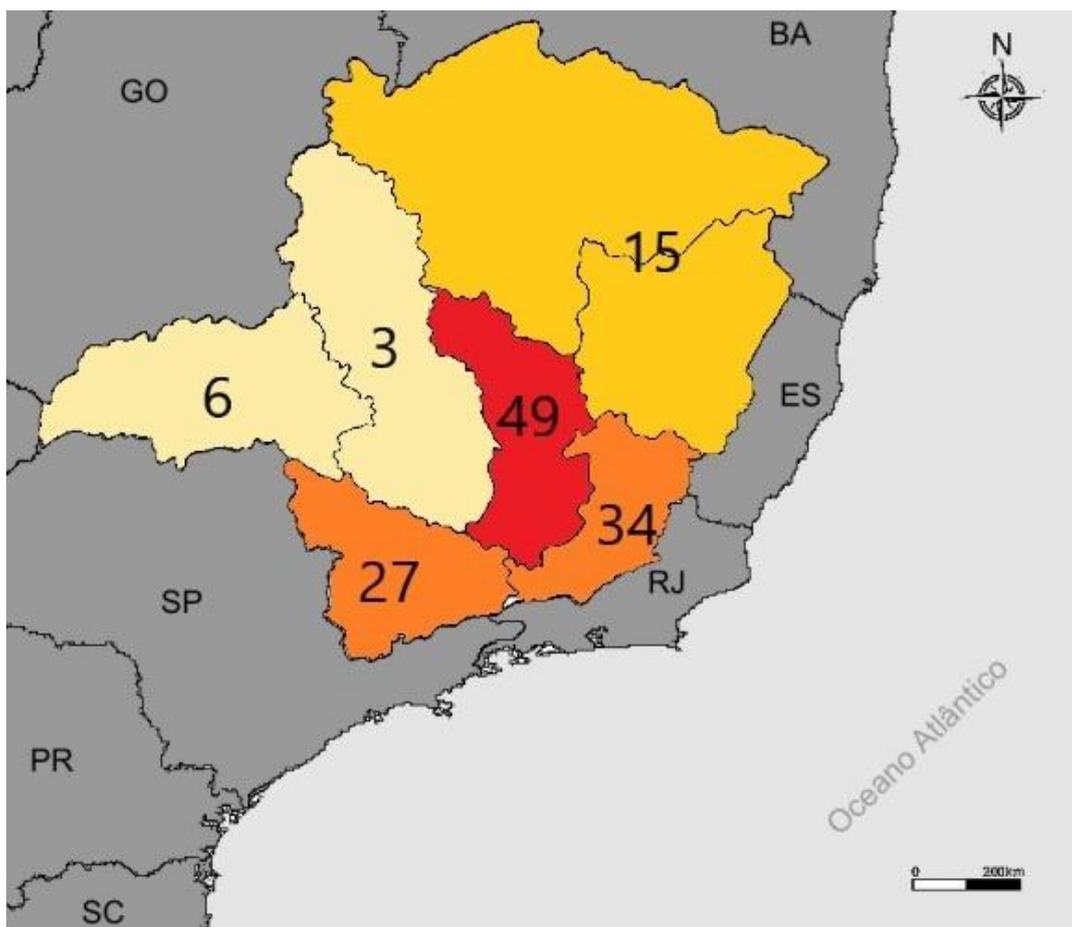
⁵⁰ RESTITUTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, p. 183.

importância que o comércio e o abastecimento da região centro-sul do país teve para o século XIX e, podemos destacar Joaquim Antonio de Souza Rabello, o Barão de Patrocínio, que além de Tenente-Coronel da Guarda Nacional foi grande criador de gado na região do Triângulo.⁵¹

Embora a região Oeste tenha tido um povoamento reduzido no oitocentos e se assemelhasse definitivamente ao Triângulo, entendemos aqui o Oeste como zona diferenciada, pois sua colonização se deu a partir das áreas centrais e de uma pequena atividade mineradora ainda no XVIII.⁵²

Na Imagem (2) abaixo podemos perceber de maneira mais clara o rateio do *Mercado e da Política de Títulos* que ocorreu nas várias regiões das Minas, reforçando a ideia de uma maior capacidade da antiga região central na disputa pelos títulos de nobreza. Discordamos assim da análise de John Wirth, quando este afirmou que "O Centro perdeu terreno para a zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do século XIX".⁵³ Ao contrário, acreditamos que a região central conseguiu manter grande parte de sua antiga hegemonia agora não somente associada ao crescimento econômico, mas também à ocupação de cargos de grande densidade política.

Imagem II: Nobres mineiros titulados no Império (por Região)



⁵¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras*. *Op. cit.*

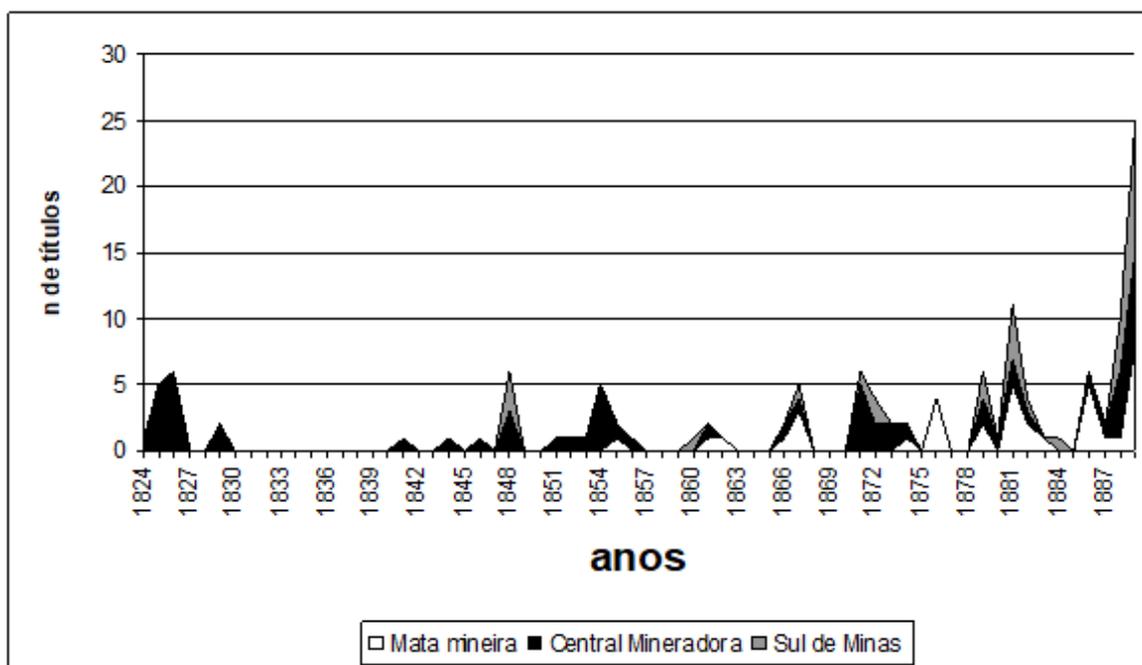
⁵² PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de Contrastes...* *Op. cit.*

⁵³ WIRTH, John D. *O fiel da balança...* *Op. cit.*, p. 43.

Podemos entender também que a região Central não sofreu uma diminuição no número de titulações ao longo do período e, ao contrário, o número de nobres nomeados que tinham suas bases no centro continuou relativamente constante durante todo o XIX (Gráfico II), assim como a importância política destes se manteve. Somente como comparação inicial da atuação política, os nobres da região Sul e Central de Minas Gerais tiveram uma *densidade* política muito maior do que os das outras regiões. Mesmo se consideramos que a região central de Minas Gerais era de povoamento mais antigo e, portanto, com nobres desde o início do XIX, percebemos que políticos como José Rodrigues de Lima Duarte, Visconde com Grandeza de Lima Duarte, título esse concedido em 1889, tiveram uma trajetória muito mais expressiva na política imperial. O referido Visconde, além de ter se formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi deputado Provincial em Minas Gerais de 1854 a 1860, e deputado Geral de 1861/68 e de 1877/81. Nomeado Senador por Minas em 1884, foi Ministro da Marinha no Gabinete Saraiva de março de 1880, além do Conselho de Sua Majestade e superintendente Geral da Imigração na Província de Minas Gerais em 1892.

Para compararmos com outros nobres de regiões como a Mata, destacamos Marcelino de Brito Ferreira de Andrade, o Barão e Visconde de Monte Mário, cujo último título também foi concedido em 1889. Fazendeiro de café em Juiz de Fora e Coronel da Guarda Nacional, o referido visconde foi presidente da primeira diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do qual se exonerou em 1892. Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora (1884/90), também foi Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1887/90). Apesar da grande importância que o visconde de Monte-Mário teve para a região, sua atuação ficou limitada no nível local, muito embora tivesse articulação com o sistema financeiro do Império, o que permitiu a implementação e expansão do Banco de Crédito Real em 1889.

Gráfico II: Nobres mineiros – Região Central, Mata Mineira e Sul, século XIX



Para qualificarmos melhor como se dava o 'rateio' do poder nas várias regiões de Minas Gerais, optamos por fazer uma análise da participação na política imperial dos nobres mineiros. Para tanto, faz-se necessário um estudo, mesmo que sumário, da estrutura de poder do Estado Brasileiro no século XIX criando hierarquias de atuação política e/ou institucional. Os critérios estabelecidos levarão em conta os cargos públicos (eletivos ou indicados pelo Imperador e seus Conselhos) ocupados pelos nobres mineiros no período, levando-se em conta que:

Havia uma razoável indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder para permitir-nos utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério das posições formais para definir a elite política real. É razoável supor que as decisões da política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.⁵⁴

Segundo José Murilo a hierarquia do Estado Brasileiro durante o II Reinado era constituída por um *primeiro escalão* formado pelo *Conselho de Estado; Ministros; Senadores e Deputados*. No *segundo escalão* teríamos o grupo formado pelos *Presidentes de Província; Diretores e Chefes de Seção*. O próprio autor ressalva ainda que as demais hierarquias 'públicas', como Exército, Marinha, Cargos Eclesiásticos e Justiça seriam importantes em estudos específicos ou de caráter local.⁵⁵

Dado os limites deste artigo, vamos limitar nossas análises aos cargos do *primeiro escalão*, sendo que somente iremos analisar *Conselheiros, Ministros e Senadores* por acreditarmos que nossa tese já estará suficientemente demonstrada. Há que se considerar ainda que entendemos aqui que a influência política 'transbordava' para além do exercício de *posições formais de poder*, o caso do Visconde de Monte Mário já comentado acima, é emblemático nesse sentido. 'Personagem' envolvido na criação do Banco Territorial Mercantil de Minas (BTMM) e do Banco de Crédito Real ambos no final do século XIX, expressa uma relação *não direta* com o poder formal. Este e outros casos podem ser assinalados de forma pontual, de qualquer maneira, procuraremos analisar aqui essa influência a partir de uma hierarquia do uso do poder político tendo como base a trajetória destes agentes *dentro* do Estado.

Ampliando a discussão proposta, podemos entender que da hierarquia proposta o Conselho de Estado efetivamente constituía-se no "depositário dos antigos segredos de Estado, da velha arte de governar".⁵⁶ Criado inicialmente como Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil em 16 de fevereiro de 1822, foi dissolvido em 1823 por existir certa confusão entre a sua função de representar os interesses do monarca ou o das províncias.⁵⁷ Deu lugar em novembro de 1823 ao *Conselho de Estado* que foi extinguido em 1834 pelo Ato

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos. Op. cit.*, p. 51

⁵⁵ *Idem*, p. 56.

⁵⁶ Joaquim Nabuco *Apud.*: TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *Organização política e administrativa do Império*. [s.l.]: FUNCEP, 1984, p. 139.

⁵⁷ *Idem*, p. 129-30.

Adicional e somente recriado em 1841/42. Esse Conselho se estende até a proclamação da república, sendo normalmente chamado de Terceiro Conselho de Estado.⁵⁸

Segundo Maria Fernanda Vieira Martins do total de 72 conselheiros que atuaram de 1842 até a dissolução do Conselho em 1889, 11 ou 15,2% dos indivíduos tinham nascido e/ou possuíam fortes laços pessoais com a Província de Minas Gerais. Isto coloca Minas Gerais como a 3ª província com o maior número de representantes do Império, atrás apenas do Rio de Janeiro, com 27 membros ou 37,5% e da Bahia com 13 conselheiros ou 18% dos membros no Conselho de Estado.⁵⁹ José Murilo reafirma a importância do Conselho quando diz que “Quase todos os conselheiros foram também ministros e senadores”.⁶⁰ Para Minas Gerais 13 dos conselheiros durante *todo* o Império também foram nobres (e não apenas para o II Reinado como trabalha Maria Fernanda), conforme se observa no quadro II reforçando a importância que os títulos de nobreza possuíam para a política imperial e provincial como um todo.⁶¹

Analisando os membros do Conselho de Estado não encontramos a participação de nenhum político da Mata mineira, do Norte ou do Triângulo mesmo entre os representantes que não foram agraciados com títulos de nobreza – Quadro II Imagem III. Dos onze mineiros com assento no Conselho de Estado durante o II Reinado, oito eram nobres.

Quadro II: Nobres mineiros nomeados para o Conselho de Estado no Império (por região)

| Região | Nome | Nomeação C.E. |
|---------|--|---------------|
| Central | Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama (visconde de Nogueira da Gama) | 1823 |
| Central | João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz) | 1824 |
| Central | João Gomes da Silveira Mendonça (visconde de Fanado e Marques de Sabará) | 1824 |
| Central | Estevão Ribeiro de Rezende (marquês de Valença) | 1827 |
| Central | Cândido José de Araújo Vianna (marquês de Sapucaí) | 1839 |
| Central | José Rodrigues de Lima Duarte (Visconde com grandeza de Lima Duarte) | 1842 |
| Central | Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) | 1842 |
| Central | Affonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro preto) | 1879 |
| Central | José Cesário de Miranda Ribeiro (visconde de Uberaba) | 1844 |
| Central | Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi) | 1823 |
| Oeste | Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) | 1847 |
| Sul | José Ildefonso de Souza Ramos (visconde de Jaraguari) | 1853 |

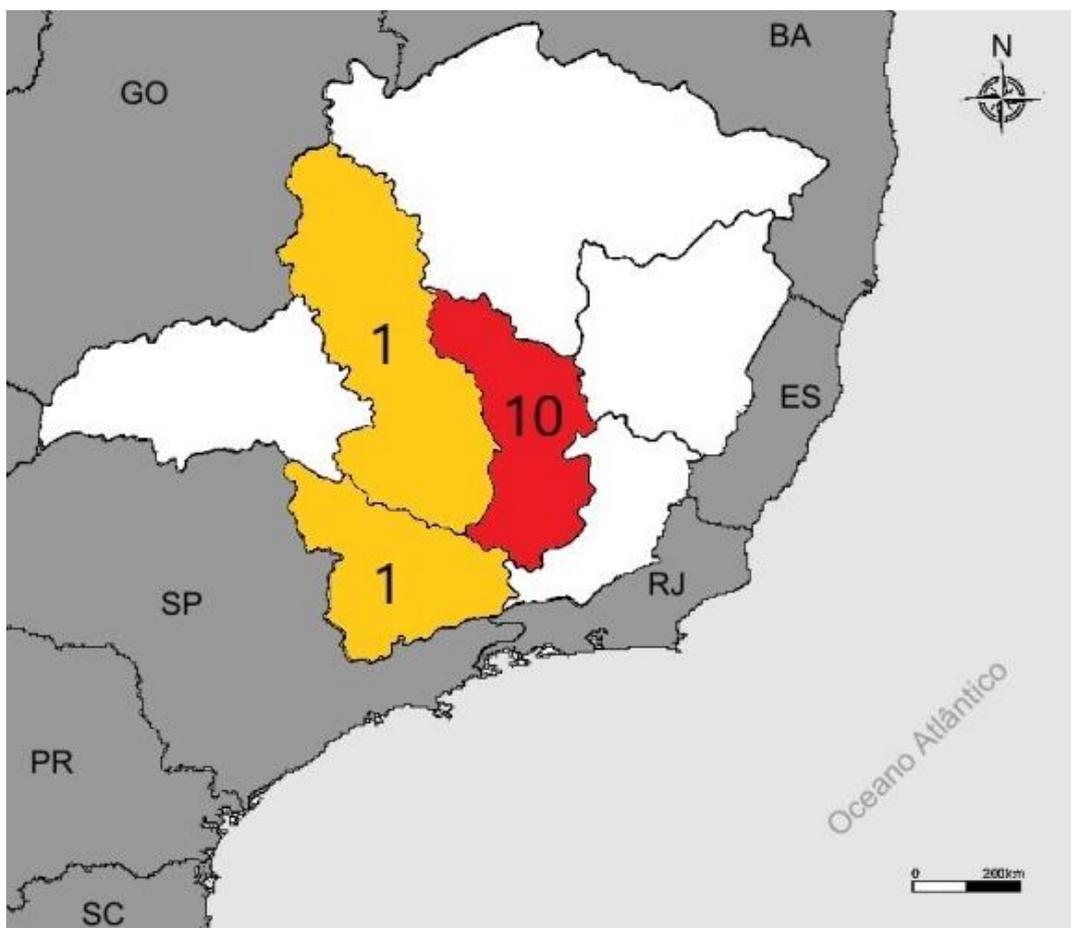
⁵⁸ Cf.: TAVARES, Augusto de Lyra. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978; TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *Organização política e... Op. cit.; e, Atas do Conselho de Estado*. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp>.

⁵⁹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p. 100 e quadro 2. A autora organiza os dados dos conselheiros a partir do local de nascimento e da área de atuação, dessa forma, 13 conselheiros teria nascido em Minas Gerais, entretanto, 3 teriam tido a sua atuação notadamente na província do Rio de Janeiro, soma-se, no entanto, 1 conselheiro, apesar de ter nascido em Portugal, teve sua atuação na província mineira, totalizando 11 conselheiros.

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. *Op. cit.*, p. 58.

⁶¹ Temos que para o Conselho de Estado durante o I Reinado 5 conselheiros eram mineiros.

Imagem II: Nobres mineiros nomeados para o Conselho de Estado (por região)

Entre os 3 não nobres todos eram da região central, como Bernardo Pereira e Vasconcellos (nasceu em Ouro Preto em 1795). Formado em Coimbra, Bernardo Pereira foi de liberal moderado e defensor de uma monarquia constitucional, com destacada atuação na criação do Código Criminal, até uma das lideranças do movimento regressista e do Partido Conservador, em 1838 foi escolhido senador e que passou a pertencer ao Conselho de Estado em 1842.⁶² Outro foi José Pedro Dias de Carvalho nasceu em Mariana em 1808, deputado provincial, deputado geral, vice-presidente de província, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil a partir de 1858. Por último temos Lafayette Rodrigues Pereira (nascido em 1834 no distrito de Nossa Senhora da Conceição atual Conselheiro Lafayette), advogado, proprietário rural e político por Minas, foi nomeado senador em 1879, já havia atuado como Ministro da Justiça no Gabinete de Sinimbu

⁶² A respeito da trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos conferir a Introdução do livro organizado por José Murilo de Carvalho: *Bernardo Pereira de Vasconcelos. Op. cit.*, p. 9-34. Sobre a nomeação para o Conselho de Estado, cf.: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do Século XIX. *Almanack Braziliense*, São Paulo, IEB-USP, n. 5, maio 2007, p. 18 e tabela.

e, em 1883, chefiou o Gabinete durante 1 ano em que a política foi dominada pela questão militar

Podemos perceber ainda que a imensa maioria dos membros do Conselho de Estado foram também nomeados senadores praticamente ao mesmo tempo em que assumiram o Conselho (cf. quadro IV). Somente Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama, o visconde de Nogueira da Gama não foi senador por Minas Gerais, tendo sido nomeado para o Conselho em 1823, e sua trajetória foi muito mais próxima ao *paço imperial* do que *política do Império* tendo sido Gentil-Homem da Imperial Câmara, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial do Conselho de Sua Majestade, Grande do Império, Mordomo-Mór, Guarda Roupas e Porteiro da Imperial Câmara.⁶³

Esta associação entre Conselho de Estado e Senado Imperial tem sido notada pela historiografia para várias províncias e, podemos citar como exemplos, Clemente Ferreira França, o Barão de Nazaré, que nasceu na Bahia e foi nomeado para o Conselho de Estado em 1823 e senador em 1826, o Visconde com grandeza de Niterói, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, desembargador, nomeado senador em 1869 e Conselheiro do Império em 1870⁶⁴ e o Visconde com grandeza, depois Marquês de Inhambupe, Antonio Luiz Pereira da Cunha, nomeado senador em 1826 e membro do Conselho de Estado desde 1823.⁶⁵

Quanto aos Ministros de Estado percebemos que estes se constituíram em um poderoso grupo de 'agentes do Executivo' responsáveis por levar a cabo a política imperial.⁶⁶ Durante o I Reinado eram 5 ministros nomeados diretamente pelo Imperador, e que compunham o gabinete: 1º do Império e Assuntos Estrangeiros; 2º da Justiça; 3º da Fazenda; 4º da Guerra e 5º da Marinha. Com o decreto nº. 523, de 20 de julho de 1847, foi criada presidência do Conselho de Ministros, e o número de ministros passou a 6, sendo o presidente ou chefe de gabinete faria às vezes de 1º ministro, e passaria a nomear os demais.⁶⁷ Em 1861 foi criada a 7ª pasta com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que perdurou até a queda do Império. A província de Minas Gerais teve pelo menos 10 nobres que foram ministros em diversas legislaturas desde o início do Império em 1822. A indicação para Ministro demonstrava uma maior articulação política com os partidos do período, apesar da indicação ter de ser consentida pelo Imperador. Os partidos políticos tinham grande parte da responsabilidade pela indicação, e no quadro III podemos observar que a grande maioria dos ministros eram oriundos da região central, sendo que a Mata mineira, o Norte e o Triângulo não tiveram nenhum membro do ministério (tanto entre os nobres como os não nobres).

⁶³ Foi ainda deputado geral pela província de Minas Gerais entre 1843 e 1844, após a repressão a Revolução de 1842.

⁶⁴ Seu irmão, João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, o Visconde de Sabará, foi desembargador do Tribunal do Comércio e, depois, ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Cf.: ALVISI, Edson. *Magistrados e Negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

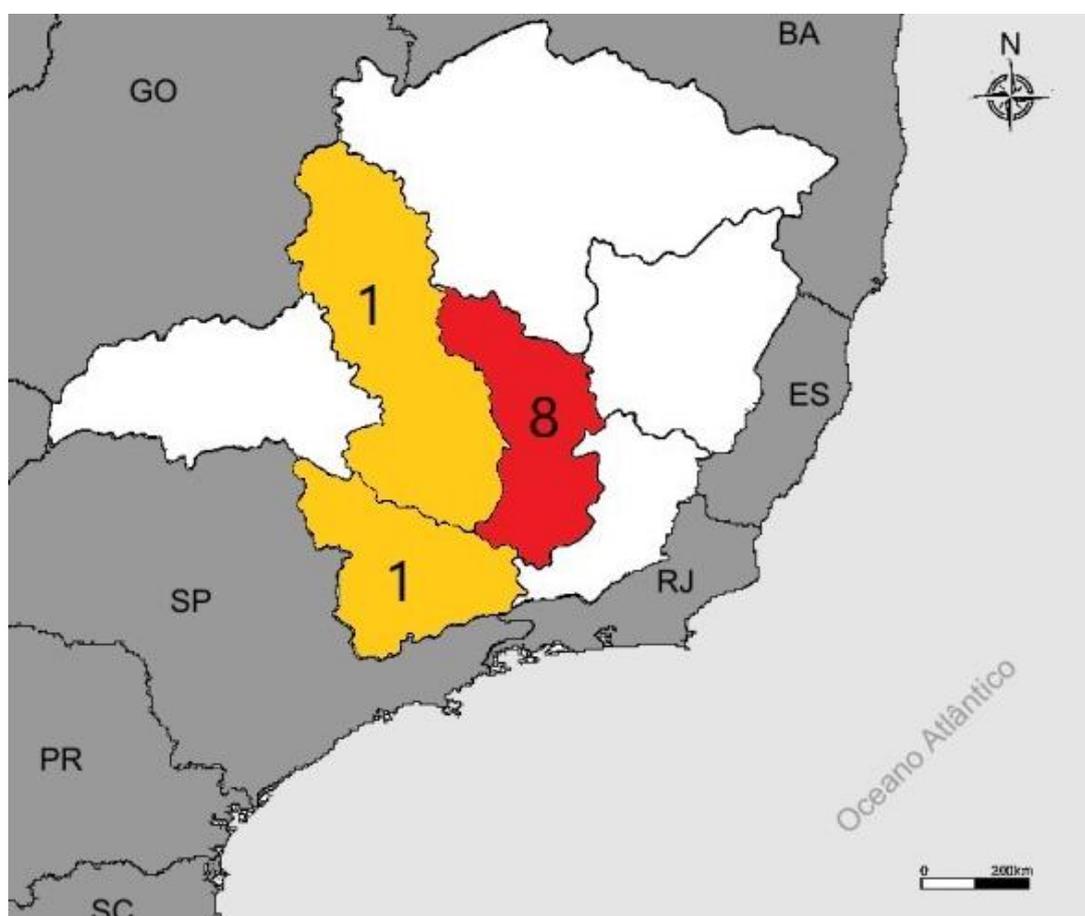
⁶⁵ Cf.: MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de... Op. cit.*; OLIVEIRA, Cecília Helena Sales de. *O Conselho de Estado... Op. cit.*

⁶⁶ *Ibidem*, p. 57.

⁶⁷ TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *Organização política e... Op. cit.*, p. 105.

Quadro III: Nobres mineiros nomeados para ministros no Império (por região)

| Ministro | | |
|-----------|---|----------|
| Região | Nome | Ministro |
| Central | Dr. José Rodrigues de Lima Duarte (Visconde de Lima Duarte) | 1 vez |
| Central | João Severiano Maciel da Costa (Marques de Queluz) | 1 vez |
| Central | João Gomes da Silveira Mendonça (Marques de Sabará) | 1 vez |
| Central | Affonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro preto) | 2 vezes |
| Central | Estevão Ribeiro de Rezende (conde de Valença) | 2 vezes |
| Central | Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Marquês Baependi) | 3 vezes |
| Central | Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) | 3 vezes |
| Central | Cândido José de Araújo Vianna (marques de Sapucaí) | 3 vezes |
| Oeste | Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) | 12 vezes |
| Sul | José Ildefonso de Souza Ramos (visconde de Jaraguari) | 3 vezes |
| Triângulo | Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá) | 1 vez |

Imagem IV: Nobres nomeados para ministros (por região)

Entre os nobres originários de Minas Gerais que possuíram uma trajetória *nacional* e *internacional* como políticos, destaca-se Antonio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté. Nascido em Portugal no ano de 1798 e tendo chegado ao Brasil, pouco tempo depois da transmigração da família real, estudou direito na Universidade de Coimbra (1815/20).

Retornando ao Brasil, foi nomeado *Juiz de Fora* e, depois, ouvidor interino da Vila de São João Del Rey entre 1821 até 1823. Nesse mesmo ano foi nomeado ouvidor na vila de Paracatu onde acabou se casando com Luísa Carneiro de Mendonça, nascida na mesma vila e filha do tenente-coronel de Milícias João José Carneiro de Mendonça, fazendeiro e comerciante na região oeste de Minas Gerais e que depois mudou-se para a região de Sumidouro na província do Rio de Janeiro.⁶⁸

O Visconde de Abaeté foi ministro 12 vezes entre o período de 1835, quando chefiou a pasta de negócios do Império, ainda durante a Regência de Feijó, até 1858 quando foi presidente do Conselho de Ministros. Em sua trajetória Antonio Paulino limpo de Abreu chefiou as pastas da Justiça, dos Assuntos Estrangeiros, da Marinha e da Fazenda e foi ainda presidente do Senado por 12 anos, entre 1861 até 1873. Presidente da província de Minas Gerais entre 1833 e 1835 com a missão de 'acalmar os ânimos' do movimento de 1833, atuou como enviado plenipotenciário em missão no Uruguai em 1855 e na Argentina em 1856, além de agraciado com outras comendas, como a de Dignatário da Ordem de Cristo e do cargo de Gentil-Homem da Casa Imperial.⁶⁹

Em nossa pesquisa colocamos o Visconde de Abaeté como sendo oriundo da região Oeste, dado ao topônimo associado de seu título (o arraial de Abaeté fundado em 1840 e elevado vila em 1870), e onde também exerceu o cargo público de ouvidor em Paracatu e ao seu casamento com uma 'filha da terra'. Entretanto, definir a sua origem ou área de atuação é bastante problemático. De acordo com uma das suas biografias, suas ligações com Minas foram demais evidentes, pois

Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-la na assembleia geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fora do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e São Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 quando entrou para o Senado.⁷⁰

Apesar da participação no movimento de 1842 que o levou ao exílio em Portugal, retornando em 1843, o Visconde de Abaeté se 'reconciliou' rapidamente com o Império e com os mineiros, pois foi eleito mais uma vez deputado e, posteriormente, foi nomeado senador (também por Minas) em 1847, sucedendo o recém falecido Marques de Baependi. Dessa forma, suas ligações políticas transcendiam em muito o universo da comarca de Paracatu e sua trajetória nos mostra a dificuldade de tentar fechar uma definição única sobre origens e pertencimento às regiões ou províncias do Império do Brasil.

⁶⁸ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros... Op. cit.*, p. 55-63 e anexo.

⁶⁹ GENOVÉS, Patrícia Falco. *O Espelho da Monarquia... Op. cit.*, p. 214. Lemos ainda em Sisson sobre o governo do Visconde: "Tendo no ano de 1833 rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a sede do governo, e achando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano. Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos mineiros, e ele, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835". SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros... Op. cit.*, p. 61.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 60.

O Senado do Império era outra instância que tinha uma grande importância para a política nacional e para a própria reprodução do *status* da ordem imperial. Diversos autores já chamaram atenção para a importância do cargo que “representava o coroamento de carreira brilhante. Para galgá-lo necessário certa experiência política, certa maturidade nas manhas dos partidos, nas dificuldades de administração e governo”.⁷¹ Dos 233 senadores do Império,⁷² 101 (ou 43,3% do total) foram nobres das várias províncias. Minas Gerais possuía 17 desses senadores com títulos (ou 17,8% dos senadores nobres) e 44 do total de senadores, ou seja, 18,8% dos Senadores foram nomeados por Minas Gerais.

Entre os senadores mineiros, os dezessete nobres correspondiam a 40,9% do total de senadores pela província. A representação do Senado se dava por eleições e indicações elaboradas a partir de listas tríplexes e, neste sentido, eram bastante relevantes como indicativos do ‘rateio’ do poder realizado pelo Imperador e da expressão dos grupos de poder local.

Entre os dezessete nobres mineiros que foram indicados senadores (Quadro IV, Imagem V) dez eram originários da região Central (58,5% do total); dois da região Noroeste, Oeste e da Mata mineira; um do Sul da Província e nenhum do Triângulo. Vemos que a Mata mineira teve somente dois senadores e, mesmo assim, nos últimos anos do Império. O primeiro foi José de Resende Monteiro, o Barão de Leopoldina, que foi nomeado em 1887 e não chegou a participar de nenhuma sessão do senado, pois passou mal no início da primeira, sendo retirado e vindo a falecer pouco depois.⁷³ O segundo senador foi José Joaquim Monteiro da Silva, o Barão de Santa Helena, nomeado em 1887 e que não chegou a apresentar nenhuma proposta ou projeto de lei no Senado. É sintomático que os nobres da Mata mineira tenham somente alcançado o senado ao final do Império; exatamente quando a região atingia seu auge do ponto de vista econômico e suas articulações políticas começavam a se consolidar dentro da lógica do sistema imperial.

⁷¹ Pandiá Calogeras. *Apud*: TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *Organização política e... Op. cit.*, p. 151.

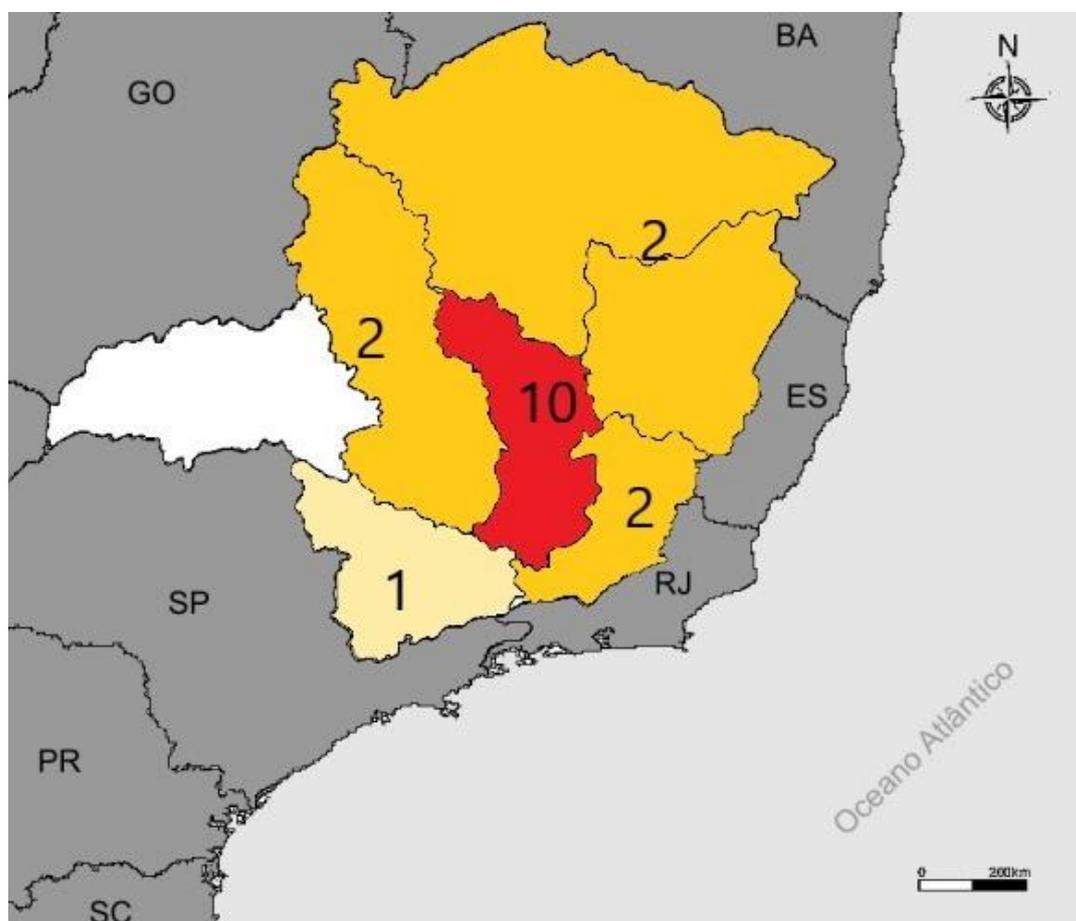
⁷² Taunay aponta para o número de 235 senadores, Vicente de Tapajós indica 234.

⁷³ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras. Op. cit.*

Quadro IV: Nobre mineiros nomeados senadores no Império (por região)

| Senado | | |
|---------------|--|----------|
| Região | Nome | Nomeação |
| Central | João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz) | 1824 |
| Central | João Gomes da Silveira Mendonça (visconde de Fanado e Marques de Sabará) | 1824 |
| Central | Estevão Ribeiro de Rezende (marquês de Valença) | 1827 |
| Central | Manuel Ignacio de Mello e Souza (Barão com grandeza do Pontal) | 1836 |
| Central | Cândido José de Araújo Vianna (marquês de Sapucaí) | 1839 |
| Central | Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) | 1842 |
| Central | Manuel Teixeira de Souza (Barão de Camargos) | 1860 |
| Central | Affonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro preto) | 1879 |
| Central | José Rodrigues de Lima Duarte (visconde de lima Duarte) | 1884 |
| Central | Inácio Antônio de Assis Martins (visconde de Assis Martins) | 1884 |
| Mata mineira | José de Rezende Monteiro (Barão de Leopoldina) | 1887 |
| Mata mineira | José Joaquim Monteiro da Silva (Barão de Santa Helena) | 1888 |
| Norte - Leste | José Cesário de Miranda Ribeiro (visconde de Uberaba) | 1844 |
| Norte - Leste | Antônio Cândido da Cruz Machado (visconde de Serro Frio) | 1874 |
| Oeste | Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi) | 1823 |
| Oeste | Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) | 1847 |
| Sul | José Ildefonso de Souza Ramos (visconde de Jaraguari) | 1853 |

Imagem V: Nobres mineiros nomeados senadores (por região)



Para completarmos a análise do que foi denominado de *primeiro escalão*, podemos verificar a grande importância que estes nobres tiveram na política imperial, já que 12 dos nobres mineiros eleitos e reconhecidos como senadores foram também nomeados membros do Conselho de Estado e destes, 11 foram também ministros de estado. Novamente temos uma grande relação entre os Ministros de Estado, o Senado e o Conselho de Estado. Podemos pensar então de uma *nobreza dentro da nobreza*, ao menos enquanto forma de atuação política, pois, dos 10 nobres mineiros até aqui trabalhados (8 da região central, 1 do oeste e 1 do sul), estiveram nas mais importantes esferas de poder do Império Brasileiro no XIX.

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa buscamos hierarquizar os nobres mineiros não somente pelos títulos (Barões, Viscondes, Condes e Marqueses) mas também pela atuação política dos mesmos, ao menos nos quadros de maior expressão dentro da estrutura do estado imperial brasileiro. As fortunas pessoais destes titulares não foi levada em conta, mas sim a dimensão econômica das regiões as quais eles se originaram / representavam como forma de relacionar o político e o econômico.

Quando identificamos que, entre os nobres que tiveram maiores titulações e maiores expressões na política imperial, nenhum destes nobres pertenceu a Mata mineira, ao Triângulo ou à região Norte o argumento entre uma dissociação entre política e economia fica mais qualificado. O grande crescimento que as regiões da Mata mineira e o Triângulo tiveram no século XIX foi acompanhada de um lento crescimento na representação de nobres originários dessas regiões. O poder político, ou as maiores trajetórias permaneceram na antiga região mineradora, não obstante o seu menor ritmo de crescimento econômico quando comparado com as demais regiões da província.

Obviamente não estamos dizendo aqui que os títulos de nobreza determinaram a manutenção de maior poder político na região central; antes o contrário, foi a manutenção do maior poder político na região central que acabou por determinar na região um maior (e mais qualificado) número de nobres na região.

São necessários estudos mais aprofundados destas relações inter-regionais para determinar até que ponto a atuação política irá interferir nos rumos e nas atividades econômicas de Minas Gerais no final do XIX e início do XX. Até o ponto em que podemos avançar nos limites deste artigo, as regiões de povoamento mais recentes, assumiram uma posição periférica dentro o rateio político de Minas Gerais. Isso nos faz refletir como o poder político se faz acompanhar de elementos extra-econômicos, ou de forma inversa, como o

poder econômico não é, em última instância a única base das relações de poder estabelecidas nas sociedades pregressas.